

RESENHA

Review

SIDNELL, Jack; STIVERS, Tanya (Ed.).

The Handbook of Conversation Analysis.

Oxford: Willey-Blackwell, 2013. 825p.

Mércia Regina Santana Flannery

University of Pennsylvania

Filadélfia - Pensilvânia / EUA

A Análise da Conversa recebe, em *The Handbook of Conversation Analysis*, um excelente material de referência, tanto para especialistas da área, como para estudantes, sejam da sociolinguística interacional, da antropologia linguística ou da sociolinguística, e para sociólogos, psicólogos ou quaisquer outros profissionais que usem a interação conversacional como meio para se estudarem ações sociais. O livro apresenta uma importante seleção de artigos, organizados em cinco partes, com capítulos escritos por conhecidos teóricos da análise da conversa (AC daqui em diante) procedentes, em sua maioria, da Europa e dos Estados Unidos, ou que trabalham em instituições localizadas nestas áreas. Os artigos exemplificam as aplicações teóricas discutidas e contêm uma seção sobre futuras direções.

Na Introdução (capítulo 1), Tanya Stivers e Jack Sidnell apresentam o volume, discutindo os princípios da AC, sua gênese interdisciplinar e seus principais objetivos. Os editores também propõem, de certa forma, que o volume ratifica a validade do “território intelectual ganho em uma batalha” (p.8) por Sacks, Schegloff e Jefferson, na instituição da AC como disciplina.

A primeira seção, intitulada “Studying Social Interaction From a CA Perspective”, apresenta os princípios da análise da conversa, em quatro artigos. O segundo capítulo, “Everyone and no one to turn to: intellectual roots and contexts for conversation analysis”, de Douglas Maynard, faz uma consideração panorâmica sobre as raízes da pesquisa na área. O autor parte

* merciaf@sas.upenn.edu

do seminal trabalho de Sacks, mostrando também que a AC surge com a etnometodologia de Garfinkel, toma emprestado da sociologia de Goffman, da filosofia, da linguística e da etnografia antropológica. O artigo discute estas influências sobre a formação de Sacks e aponta a gênese intelectual da nova disciplina, que é “seu próprio empreendimento” (p.28), analisando o conhecimento comum e a maneira como realizamos ações no âmbito interacional, para isso nos valendo da “experiência cotidiana”, tal como visto através da conversa diária.

O terceiro capítulo, “The conversation analytic approach to data collection”, de Lorenza Mondada, detalha os princípios que orientam a coleta de dados para a análise da AC. O capítulo inicia com uma consideração do princípio de que a AC se interessa por interações cotidianas, que ocorrem naturalmente, e comenta como este ponto de vista orienta a busca de dados. Segue uma discussão dos métodos apropriados para a coleta, que incluem a gravação das interações verbais e, mais recentemente, a inclusão da gravação em vídeo como metodologia adequada à coleta e análise. A escolha destas tecnologias para a coleta de dados é, assim, adequada à proposta de AC como disciplina. As gravações visam a dar conta do aspecto sequencial da interação, mostrando como as ações são desenvolvidas no tempo e expõem, também, o seu quadro participativo.

O capítulo quatro, “The conversation analytic approach to transcription”, de Alexa Hepburn e Galina Boden, discute e exemplifica o uso de transcrições no estudo da AC. O ponto mais inovador para os que são familiarizados com os métodos de estudo da AC talvez seja a descrição da conduta visual (p.69). Considerando que a disciplina é orientada pelo princípio de que conduta verbal é ação, é importante dar-se atenção a outros modos pelos quais a ação em questão se realiza (p.74). Se a transcrição pode ser um reflexo das próprias impressões do pesquisador, torna-se necessário cautelosamente explicitar a conduta verbal e visual motivadora das conclusões a que se chegou. A transcrição permite não só a reprodução da interação, mas também torna o material disponível para sucessivas consultas, e ainda é um recurso fundamental para os “analistas encontrarem e avaliarem o trabalho uns dos outros” (p.75).

O quinto capítulo, “Basic conversation analytic methods”, de Jack Sidnell, inicia com uma breve consideração sobre o objetivo da AC, que o autor indica ser a “descoberta de regularidades da interação humana, previamente desconhecidas” (p.77). Partindo deste princípio, Sidnell justifica a díade teórico-metodológica da AC, desde seu interesse pela interação como

objeto de estudo, passando pela necessidade de explorar fenômenos que caibam no âmbito do próprio corpus, isto é, a fundamentação empírica da disciplina, e a relação entre as práticas de fala e as ações que implementam, os princípios e limitações das relações estabelecidas através da fala e os passos para se proceder à análise. A sequência do capítulo desenvolve, passo a passo, a orientação seguida em uma análise em AC e inclui exemplos mostrando, em conclusão, como as descobertas desses estudos “são frequentemente cumulativas” e “mutuamente reforçantes” (p. 96).

A segunda parte do volume, “Fundamental Structures of Conversation” é organizada em oito capítulos que delineiam estruturas conversacionais e o que se sabe a respeito delas. O capítulo seis (o primeiro desta parte), “Action formation and ascription”, de Stephen Levinson, discute como se alcança o entendimento das ações de uma interação. Levinson inicia o capítulo com um interessante comentário acerca da capacidade de compreensão de ações particulares e de como isso é alcançado. Conforme o autor aponta, “a habilidade de conduzir uma conversa é um milagre em geral” (p.103), considerando a velocidade com a qual as ações são executadas e compreendidas em uma dada interação. O autor cita a estatística de que se leva seiscentos milissegundos para se planejar e se executar o menor turno de fala (p.106), com espaços entre turnos de aproximadamente duzentos milissegundos. Tendo em vista que a organização estrutural da conversa é sequencial e que cada turno de fala depende do precedente, o autor afirma que o desafio para os envolvidos em uma dada interação é “atribuir pelo menos uma ação a um turno do qual eles escutaram apenas uma parte” (p.103). Levinson afirma que o entendimento de como se chegam a conclusões sobre os tipos de ações em vigor é o que permite pensar-se que a AC é “um ramo do oculto” (*a branch of the occult*, p.105). O autor, então, mostra como é útil, ao se decodificarem as ações, assumir-se a perspectiva da realização de um projeto. Um projeto requer que passos específicos sejam tomados em direção à sua realização. Deste modo, tal como um projeto colaborativo, as ações em uma interação são negociadas, propostas, redirecionadas ou abortadas (p.126).

No capítulo sete, “Turn design”, de Paul Drew, explora-se a composição dos turnos de fala em uma conversa, considerando as contingências sequenciais contextuais pelas quais as ações seguintes são relativas às precedentes. O autor considera exemplos de como as ações projetadas em turnos de fala são significativamente diferentes, dependendo dos relacionamentos pessoais e organizacionais dos falantes e ouvintes (p.148). A constante organização e reorganização dos turnos de fala ocorre como resposta aos ajustes que os

participantes fazem ao longo de uma interação e que podem ser físicos, além de verbais.

No capítulo oito, “Turn-constructural units and the transition-relevance place”, Steven Clayman considera as práticas relativas à projeção e ao desvio dos locais de transição-relevantes de turno (p.152). As ideias acerca da construção, projeção da completude e da relevância de transição do turno são discutidas à medida que “comportamentos específicos”, seja no âmbito da sintaxe, da prosódia, da pragmática ou mesmo o olhar, são exemplificados. Clayman também discute como os falantes podem obscurecer o espaço de transição do turno com o objetivo de expandir a fala em curso, um fenômeno que se chama de pivô (p.160). Os pivôs podem ser um sintagma nominal ou uma unidade oracional mais longa, desde que, em ambos os casos, o elemento em questão seja entendido como podendo ser pertencente tanto ao turno atual como a um subsequente. Além disso, há os chamados pivôs modulares que não são específicos para um contexto, como no caso dos pivôs mencionados anteriormente, mas podem conectar um número de unidades de construção do turno, ou TCUs, na sigla em inglês (p.162). No final do capítulo, Clayman sugere que as unidades de construção de um turno são um tema apropriado para futuras explorações, considerando que a maior parte do que se sabe sobre o tema, e do que o próprio autor referencia, é baseada em dados de língua inglesa.

Outro aspecto relacionado à transição de turnos, a sua alocação, é discutido no capítulo nove, “Turn allocation and turn sharing”, de Makoto Hayashi. As questões abordadas neste capítulo dizem respeito à distribuição de turnos, a como cada participante de uma interação vem a ter a oportunidade de falar, em que circunstâncias as falas se sobrepõem e como os participantes compartilham um turno (p.167). Como Hayashi afirma, as práticas de distribuição de turnos são “normativamente organizadas”, ou seja, elas exibem uma orientação para princípios e procedimentos organizacionais que contribuem para que se alcancem as ações desejadas. O autor prossegue com uma descrição de como os turnos são distribuídos (por exemplo, o falante atual seleciona o próximo falante), como ocorre a autosseleção, e então exemplifica estas práticas. O capítulo ainda inclui uma consideração das sobreposições, suas fases específicas e as funções que podem exercer na interação. Como no capítulo anterior, a sugestão para futuros trabalhos é a de se estudarem as práticas de distribuição de turno em outras línguas e as práticas culturais, verificando-se se as mesmas regras são observadas.

Tanya Stivers contribui com o capítulo dez, “Sequence organization”, detalhando um dos pressupostos mais importantes da AC, que é a sua organização sequencial, iniciando com os pares adjacentes e incluindo também as principais formas de sequências, pré-expansão, inserção de expansão e pós-expansão (p.191). Como Stivers mostra, esses tipos de expansão são construídos principalmente através de pares adjacentes e funcionam como indicadores para a progressão dos turnos. Em outros casos, as expansões podem servir o propósito de reparar algum aspecto de um turno ou sugerir seu fechamento (p.200). Um ponto interessante do capítulo é a discussão do que acontece quando os falantes contam histórias. Stivers, citando Sacks, inicia por mostrar que, quando se contam histórias em uma conversa, os participantes parecem se orientar por um outro princípio organizacional, e não pelo de par adjacente. No caso de uma história, tem-se uma organização diferente, considerando que há uma suspensão da sequência normal de distribuição de turnos para que o narrador conclua o relato. A discussão sobre uma sequência de história em uma conversa traz à atenção importantes contrastes entre diferentes tipos de interação verbal, à medida que a autora mostra, por exemplo, que, quando problemas surgem no espaço onde se desenvolve uma história, eles são resolvidos de modo similar ao que se faria em um outro tipo de interação conversacional. Por exemplo, Stivers comenta que a ausência de avaliação após a conclusão de uma história é percebida pelo narrador como digna de atenção, ou como uma “ausência notável” (p.202). Curiosa e notável é também, neste capítulo, a ausência de referências ao trabalho de Labov (1972), que poderia ter sido citado, pelo menos, com relação à noção de avaliação, um dos elementos que ele destaca como característicos deste tipo textual.

No capítulo onze, “Preference”, Anita Pomerantz e John Heritage, dois dos nomes mais bem conhecidos no desenvolvimento de trabalhos na moderna AC, discutem a noção de preferência ou “os diferentes princípios que operam em diferentes domínios e envolvem diferentes tipos de limitações” (p.210). Tais princípios permitem que os participantes se orientem quando “agem e reagem em uma variedade de situações interacionais” (p.210). O capítulo inicia com uma discussão das regras e princípios propostos por Sacks em suas aulas, entre 1969 e 1971, para a seleção e interpretação de referências (p.211). Um dos princípios propostos por Sacks é o de que a fala é projetada em função do recipiente, o que implica em que, com base no que o falante sabe que o seu interlocutor sabe, as referências são elaboradas. Em seguida, a noção de preferência é discutida em função da relação pergunta e resposta.

Como os autores destacam, o formato da pergunta propõe, implicitamente, formatos de respostas. Por exemplo, na sequência de perguntas por um mesmo falante - “Eles têm um bom chef aqui?” e “Nada de especial?” - tem-se a impressão de que a expectativa é de minimizar a possibilidade de não confirmação (p.214).

Um aspecto desse capítulo que merece uma consideração mais cuidadosa é que os eventos explicados, tanto a projeção de perguntas, como a busca de informações e as afirmações feitas, são tidos como abrangentes a todas as culturas. Leia-se a exemplo a seguinte observação: “Falantes que estão em uma posição de dar más notícias, corrigir coparticipantes (...) podem suspender essas ações enquanto administram sua fala de modo a dar aos coparticipantes a oportunidade de executar uma contra ação” (p.220). Ao ler esta parte, e tratando-se de um volume de análise da conversa, que assume de modo prescritivo que os aspectos exógenos à interação são prescindíveis à análise, não se pode pensar na extensão da aplicabilidade dessas observações a toda e qualquer língua e cultura. Este ponto ressalta uma outra ausência no volume, que são trabalhos de teóricos de outras partes do mundo, que não trabalhem exclusivamente com inglês ou outras línguas europeias. A América do Sul, e talvez melhor fosse dizer mesmo a América Latina, deixa de ser representada no volume, o que é uma carência significativa.

Há, na sequência do capítulo, uma discussão sobre as “fraquezas e omissões” na pesquisa recente, em que os mesmos pontos salientes na primeira parte são agora claramente discutidos. Não se sabe se o capítulo todo foi escrito pelos dois autores, ou se esta clara divisão representa o que de fato ocorreu da escritura do texto. Parece tratar-se de duas abordagens diferentes. Nesta segunda parte do capítulo, veem-se várias referências a trabalhos de teóricos de outras partes do mundo, por exemplo, de Israel, no qual se mostra que a discordância é esperada em determinadas interações (p.225).

O capítulo doze, “Repair”, de Celia Kitzinger, consiste de uma detalhada explanação das práticas por meio das quais os participantes de uma interação executam a correção de um “problema” (articulação errônea, malapropismos) na ação em curso (p.229). Conforme a autora discute, após o clássico trabalho de Schegloff, Jefferson e Sacks (1977), os reparos e as técnicas empregadas pelos interactantes têm sido estudados em vários trabalhos e em diferentes línguas. Em seguida, Kitzinger considera as diferenças entre o reparo autoiniciado e o iniciado pelo outro, e o

reparo autoiniciado em um mesmo turno de fala. O reparo autoiniciado é apontado como o mais comum, pois, de acordo com a autora, iniciar a correção do turno de outrem corresponde a corrigir a sua fala (p.231). As operações pelas quais os reparos são efetuados são exemplificadas, incluindo apagamento, busca, parentetização, abortamento, alternância de uma sequência, reciclagem, reformatação e reordenação (p.233). A “tecnologia” do autorreparo no mesmo turno é discutida e inclui uma série de componentes, tais como “*frames*”, silêncios e atrasos, termos de desculpa, prefácios de reparo, repetições, tentativas múltiplas e fala autodirigida (p.240-1). Kitzinger comenta que, em alguns casos, um reparo visa a corrigir um visível problema da fala ou de compreensão; entretanto, em outros, o reparo pode ser usado com o propósito de desenvolver uma ação do falante. Um exemplo citado é o extraído do trabalho de Jefferson, de acordo com o qual os réus em um julgamento ao alternarem entre as palavras “cop” e “officer” estavam, de fato, engajados no ato de oferecer uma identidade de si mesmos e da situação em questão (p.242).

O capítulo treze, “Overall structural organization”, de Jeffrey D. Robinson, inicia com uma proposta intrigante: a de analisar uma área de estudo da AC que tem “recebido pouca atenção” e é “mal compreendida” (p.257). O capítulo toma por base os escritos de Schegloff (2007b) para o qual há uma organização específica para cada aspecto de uma conversa. A compreensão destas particularidades, seja no âmbito dos pares adjacentes, das sequências de abertura e fechamento, ou da organização dos turnos, dá-se ao se entender também que existe uma coerência para a projeção de cada uma destas estruturas de uma conversa. Robinson, então, procede à ilustração da organização estrutural completa com as análises: 1) de uma atividade menor, desenvolvida na abertura de uma interação; 2) de uma atividade maior, desenvolvida no contato entre médicos e pacientes em uma consulta; e 3) de uma interação completa. O capítulo exemplifica bem a noção de que existe coerência entre todas as estruturas de uma interação, quer seja a abertura, o fechamento ou a inclusão de tópicos. Esta coerência é alcançada dentro de contextos específicos que são criados no âmbito da própria interação.

A terceira parte do volume, “Key Topics in CA”, compõe-se de onze capítulos abordando a variedade de temas que têm sido o foco de trabalhos na disciplina. O capítulo quatorze, “Embodied action and organizational activity”, de Christian Heath e Paul Luff, considera como a observação das ações corporais em uma interação pode auxiliar na análise e compreensão das

ações executadas. Os autores observam a conduta corporal 1) na construção interacional dos turnos da fala; 2) na aquisição e distribuição do turno; e 3) na expressão de sentimento e emoção. Além disso, mostram também como ferramentas e tecnologias influenciam a ação colaborativa em uma interação (p.284). Um ponto de interesse no capítulo é que a importância de se estudar a conduta corporal, física, é uma função da própria natureza dos estudos da AC, para a qual a principal preocupação “não é com o uso linguístico em si mesmo, mas com a realização de ações sociais” (p.286). Os autores procedem, então, à análise de dois exemplos, um dos quais em uma consulta médica, na qual gestos e mesmo o manuseio de objetos (como cartões de consulta) são alinhados a sequências específicas de perguntas e respostas. Outro exemplo é de um leilão, no qual o paralelismo entre as ações verbais e a conduta visível do leiloeiro auxilia no entendimento da audiência sobre quando uma oferta foi bem sucedida ou não. Ademais, a análise de uma interação de dois participantes que se encontram diante da tela de um computador é útil em ilustrar o impacto que aparelhos tecnológicos podem ter na realização de ações em uma interação. Considerando-se que estas atividades se distribuem entre dois participantes sentados lado a lado, outro participante conectado por telefone e as telas de computadores, pode-se entender a complexidade que as tecnologias proporcionam para determinadas formas de interação. Os exemplos deixam claro que o entendimento das relações entabuladas no âmbito de uma interação pode ser facilitado quando se considera o que os participantes fazem. Esta conclusão traz consigo implicações metodológicas fundamentais, principalmente no que tange ao emprego de material visual para a análise em AC. Como os autores afirmam, “a pesquisa analítica baseada em vídeo tem feito uma contribuição importante para nosso entendimento da comunicação interpessoal e da comunicação face a face, complementando e desenvolvendo o crescente corpus de estudos da fala-em-interação” (p.304).

O capítulo quinze, “Gaze in conversation”, de Federico Rossano, dedica-se ao estudo de como o direcionamento do olhar pode exercer funções comunicativas na interação. Há, conforme o autor discute, as normas associadas com o uso do olhar e como estas práticas podem estar associadas a atividades participativas de uma interação. Por exemplo, o olhar auxilia na distribuição de papéis em uma interação, confirmando quem tem direito a um turno corrente, ou os momentos apropriados para se fazer a transição de um turno a outro. Rossano afirma que o comportamento do olhar é independente de atributos como raça, cultura e gênero, mas

reconhece que alguns estudos constataram a influência do fator raça ao traçar paralelismos de conduta no uso do olhar. Como exemplo, o autor cita estudos que demonstram uma preferência dos afro-americanos por olhar para o interlocutor ao falar, mais do que ao ouvir (p.312). O olhar também é um recurso para se evitar a interrupção da fala em curso. Os exemplos analisados neste capítulo corroboram a afirmação inicial de que muitas atividades interacionais são realizadas por meio do olhar. Como sugestão para direções futuras, Rossano cita a necessidade de se desvendar “o maquinário, o sistema de normas” que “guia os olhares e as ações das pessoas durante uma conversa” (p.324). É necessário incluir também a noção de que aspectos culturais precisam ser levados em conta, pois condutas de olhar e de manter fixo o olhar que podem ser aceitáveis em uma sociedade podem ser interpretadas de forma diferente em outras.

“Emotion, affect and conversation”, de Johanna Ruusuvuori, é o capítulo dezesseis, que detalha as formas pelas quais as emoções influenciam uma interação em curso. A autora define emoção como “um estado que tem indicadores mentais, físicos e comportamentais”, ao passo que afeto é definido como “um conceito mais amplo”, e que “cobre fenômenos desde episódios emocionais a prazeres e dores súbitos”, mas opta pelo uso permutável destes dois termos (p.331-2). O interesse em AC pelo estudo da emoção e seu impacto em uma interação é traçado para os trabalhos de Goffman (1961), com *Fun in Games*, no qual o autor discute como os participantes de uma interação se empenham em exibir traços emocionais em harmonia com as exigências da situação em curso. Sacks (1995a) baseia-se no trabalho de Goffman ao discutir como os participantes de uma interação medem quando é apropriado incluir suas próprias experiências e emoções de modo a não parecerem muito preocupados consigo mesmos (p.334). A sequência do capítulo discute como as marcas de emoções são significativas para a interação, podendo mesmo ser coconstruídas como um recurso interacional. Os exemplos oferecidos demonstram 1) como situações de interação institucional, no caso entre pacientes e provedores de cuidados de saúde são administradas por meio das emoções aparentes; e 2) como as expressões faciais podem ser “lidas” para fornecer pistas sobre a posição que o falante assume em relação ao que se fala. No caso de uma estória, por exemplo, a expressão facial do narrador pode ser um indicador de como se deveria reagir ao relato (p.346).

O capítulo dezessete, “Affiliation in conversation”, de Anna Lindström e Marja-Leena Sorjonen, consiste de uma exposição das formas pelas quais os participantes de uma interação exibem afiliação ou desfiliação – demonstram que apoiam ou não o que é dito - em uma interação. As autoras discutem o uso de recursos verbais, tais como itens lexicais, elipse, discurso reportado e paralelismos sintáticos como exemplos (p.354). Há ainda os recursos fonéticos e multimodais (um conjunto de recursos semióticos, incluindo balançar a cabeça em sinal de assentimento ou concordância) que servem como indicadores de afiliação (p.359). O emprego destes recursos é comentado no âmbito de interações institucionais e ao se reportarem problemas.

No capítulo dezoito, “Epistemics in conversation”, John Heritage discute os estudos em epistemologia como área de interesse na AC. O autor comenta como a projeção do que se sabe em uma interação influencia o formato do que se diz, mas também vai além, discutindo como os diferentes estados epistemológicos em uma interação contribuem para validar identidades. Heritage propõe-se a considerar três itens de investigação na área: 1) a administração de congruências epistêmicas entre participantes; 2) o papel dos epistêmicos na formação de ações; e 3) o seu papel em sequências organizacionais (p.372). A consideração do capítulo traz à atenção importantes aspectos relativos a como o saber e a percepção deste influenciam diversas práticas no bojo de uma interação conversacional. Como Heritage afirma, uma das forças motrizes das sequências conversacionais “é construída a partir da ‘gangorra’ de posições epistêmicas C+/C-” – no original “K” para “knowledge” e aqui representado como C para a tradução em português (p.391).

O capítulo dezenove, de Kaoru Hayano, intitula-se “Question design in conversation”. A autora cobre uma extensa lista de temas relacionados ao “desenho” de perguntas, incluindo o gradiente epistêmico, ou quanto se assume que cada uma das partes sabe através do formato de uma questão. Além disso, Hayano, também inclui uma consideração sobre como as agendas que os participantes propõem são salientadas por meio das perguntas elaboradas. Neste último ponto, a autora mostra que o formato de uma pergunta pode revelar que uma resposta é preferível em relação a outra. Como exemplo, Hayano cita as perguntas elaboradas por médicos, em contatos com pacientes, os quais obtêm uma resposta positiva mais frequentemente quando elaboram perguntas com uma estrutura tal como

“Há algo mais que você queira discutir hoje?”, do que quando perguntam “Não há mais nada que você queira discutir hoje?” Hayano também mostra como os formatos das perguntas podem ser recursos para se “indiciar e mobilizar as contingências interacionais” (p.410).

O capítulo vinte, “Response design in conversation”, de Seung-Hee Lee, detalha vários tipos de respostas em “quatro níveis”: 1) respostas ou não respostas; 2) respostas em relação ao conceito de preferência; 3) se há relação entre um item gramatical ou lexical e sua inclusão na pergunta; e 4) se as respostas são visíveis ou vocais (p.416). Como Lee comenta, o estudo do formato de respostas pode iluminar questões mais gerais relativas à AC, tais como a tendência dos participantes de uma interação de estabelecer solidariedade e cooperação (p.416). As contingências que influenciam o formato de uma resposta não estão limitadas ao formato da pergunta, mas relacionam-se também a outros fatores do contexto interacional, tais como “direitos epistêmicos e autoridade, histórias interacionais, conhecimento geral”, dentre outros (p.432).

Em “Reference in conversation”, o capítulo vinte e um, N. J. Enfield detalha os componentes do “sistema que são específicos à formulação e interpretação de expressões referenciais na conversa” (p.432-3). Citando Schegloff, Enfield comenta que, ao fazer a escolha de um item lexical, dentre muitas opções, os participantes têm fins comunicativos específicos em mente. A seleção de um elemento referencial é, então, reveladora de como os participantes de um evento comunicativo percebem a situação, ou, usando os termos de Schegloff, “eles revelam uma análise complexa da situação de fala” (p.437). O capítulo exemplifica referências temporais, múltiplas preferências (a solução adequada para uma referência precisa fazer bem o trabalho de estabelecer conexões) e referências iniciais ou subsequentes. O trabalho de fazer referências define relacionamentos e identidades no contexto de uma fala em curso e a atenção aos modos de estabelecer estas relações é uma função importante, ou até mesmo central, ao se executarem ações sociais no âmbito de uma conversa.

No capítulo vinte e dois, “Phonetics and prosody in conversation”, Gareth Walker identifica e discute as formas pelas quais os traços prosódicos podem auxiliar no entendimento das relações travadas em uma interação. Como Walker indica, de uma certa forma, ao se falar em estudos da fala-em-interação não se pode prescindir de falar em estudos fonéticos, considerando a natureza do material de estudo (p.455). O autor discute, então, dois modos de análise fonética: 1) auditório, que compreende a audição repetida

das gravações de fala, à medida que se tenta identificar as modificações na natureza do volume e altura da fala; e 2) acústico, que envolve o uso de mecanismos mais sofisticados, permitindo o registro de frequência medida em Hertz. A observação detalhada dos traços fonéticos em uma sequência sob exame permite identificar regularidades significativas na tomada de turno, nas relações entre turnos (por exemplo, esclarecendo se trata-se de informação que dá continuidade ao turno, ou se o conclui). O capítulo também faz importantes considerações acerca da necessidade de um sistema de transcrição mais nítido, que permita uma visão mais aproximada dos fenômenos em questão. Ilustrando esta necessidade, Walker provê exemplos de transcrições mais detalhadas, que vão além do sistema usado por Jefferson e dão conta das especificações fonéticas com notações para representar os sons originais (p.472).

O capítulo vinte e três, “Grammar in conversation”, de Harrie Mazeland, propõe duas noções de “gramática”, úteis ao se estudar a fala-em-interação. Primeiro, Mazeland discute a noção de “gramática” no sentido de descrição de categorias linguísticas, mostrando como certos traços, tal como a estrutura sintática de um turno, podem informar o tipo de atividade sendo efetuado. Entretanto, o autor afirma que há, para cada uma das estruturas componentes de uma conversa, uma “gramática que especifica um conjunto de posições além de um conjunto de práticas para organizar a atividade de momento a momento” (p.475). Esta afirmação está de acordo com os princípios orientadores da AC para a qual o estudo gramatical não é o foco, mas, antes, é um recurso para se compreender os turnos de fala, ou as ações sociais e a organização da interação.

O capítulo vinte e quatro, “Storytelling in conversation”, de Jenny Mandelbaum apresenta a perspectiva da AC para o estudo de sequências de histórias em uma conversa. O capítulo inicia com uma típica referência ao estudo da narrativa oral em disciplinas como a antropologia, a linguística, o folclore, a sociologia, os estudos culturais, a comunicação, a psicologia e as ciências cognitivas (p.492). Mandelbaum prossegue com a consideração das características de uma história no contexto de uma conversa, partindo da pergunta “O que torna uma história reconhecível como uma história para ouvintes e analistas?” (p.493).

Uma visível e lamentável ausência neste capítulo é a referência ao seminal trabalho de William Labov (1972) sobre a estrutura narrativa. É verdade que os estudos de Labov contradiriam a perspectiva assumida pela AC, pois o autor

primeiro estudou a narrativa como uma estrutura isolada do contexto em que aparecia e que poderia ser recolhida em uma situação de entrevista de pesquisa. Para a AC, o material a ser analisado precisa ocorrer em um contexto “natural” de interação, sem as restrições e imposições de uma entrevista de pesquisa. Mesmo assim, nota-se, no capítulo, um sério esforço para evitarem-se as referências ao trabalho de Labov, que propõe vários conceitos úteis ao estudo da narrativa.

Veja-se a exemplo a análise de Mandelbaum de um excerto narrativo no qual ela afirma que o narrador “supre detalhes de um local” (p.495) na abertura do relato, que o turno em questão “evolui em um formato reconhecível de estória: a reconstituição de um evento passado” (p.496), ou que os narradores disponibilizam “uma variedade de indicadores do que é importante em um relato” (p.498). Ora, trata-se, em todos os casos, de conceitos explorados por Labov, tanto na consideração da orientação de uma narrativa, como em que, as estórias, em grande parte, descrevem um evento passado, ou que são caracterizadas por uma seção de avaliação. Tendo em vista que a AC floresce na interseção de tantas influências, nada mais apropriado do que mencionar o importante trabalho de Labov, com base no qual tantas e importantes análises narrativas têm, até hoje, sido realizadas. Há ainda alguns pontos de interesse no capítulo, sobretudo no apontar para a realização de ações ao se contar uma estória, a contribuição dos interlocutores ou mesmo a resposta de uma audiência por meio de comportamento corporal, por exemplo, o olhar, ou o balançar com a cabeça em assentimento.

A quarta parte do volume intitula-se “Key Contexts of Study in CA: populations and settings” e contém discussões que exemplificam as áreas cujos atores sociais têm sido foco dos estudos na área da AC. O primeiro capítulo desta parte, o vigésimo-quinto do volume, intitula-se “Interaction among children”, escrito por Mardi Kidwell. A autora inicia comentando como a análise desta população específica requer que o analista leve a sério Sacks e Schegloff, de acordo com os quais o interesse central da AC é a “detalhada e empírica ordem da ação social na interação” (p.511). O capítulo exemplifica a realização de atividades interacionais entre três crianças de vinte meses e uma de treze meses na qual as primeiras tentam consolar a última. A autora comenta o trabalho de Sacks sobre crianças, particularmente as observações que ele fez, mostrando que há ordem na interação deste grupo e que o papel das expressões dos adultos é fundamental em se modular sequências (p.513). O exemplo incluído pela autora, porém, assemelha-se

a uma etnografia e é repleto de longas sequências descritivas, o que impede uma leitura fluida.

O capítulo vinte e seis, “Conversation analysis and the study of atypical population”, de Charles Antaki e Ray Wilson, abrange as interações envolvendo participantes que experimentam “frustração” durante a comunicação como uma dificuldade diária (p.533). As populações incluídas na discussão do capítulo são os que padecem de dificuldade na produção da fala (afasia, disfasia, anomia, agramatismo) ou de audição e os que possuem capacidades cognitivas ou crenças atípicas. As observações sobre as interações destas populações, particularmente em situações de serviço, indicam que há regularidade nas práticas executadas, como o muito que pode ser feito com o objetivo de se melhorar a qualidade do cuidado dispensado aos que padecem de limitações comunicativas. Como os autores mostram, em alguns casos, a insistência de um profissional que lida com membros de populações atípicas para verificar as escolhas de um participante, pode resultar em uma mudança de opinião. Conforme Antaki e Wilson, em alguns casos essas mudanças visam apenas a satisfazer as “exigências pragmáticas de uma pergunta repetida” (p.548), mas poderiam não ter ocorrido não fosse pela prática dos profissionais.

O capítulo vinte e sete, “Conversation analysis in psychotherapy”, de Anssi Peräkylä, cobre o conjunto de pesquisas feitas sobre a relação entre a AC e a psicoterapia. A autora mostra que uma das contribuições mais significativas da AC para a área de psicoterapia reside na organização sequencial da interação, a noção de que as ações desenvolvidas seguem o padrão de proximidade, em um contínuo que se desenrola à medida que conexões entre o que foi dito antes e o que segue vão sendo tecidas. Peräkylä também indica que a história do envolvimento entre AC e psicoterapia pode ser traçada a Sacks, pois este analista já havia feito várias observações sobre a relação paciente-terapeuta com base em sessões gravadas em áudio (p.556).

Na sequência do capítulo, a autora desenvolve algumas noções aplicáveis ao estudo da interação em uma sessão de terapia, incluindo a análise de formulações – “enunciados nos quais um falante sugere significado para o que outro participante disse” (p.554) -, interpretações nas quais o principal (Goffman, 1981) é o próprio terapeuta, e o formato das perguntas elaboradas por um terapeuta no curso de uma interação. As noções de resistência, afiliação e emoção também são comentadas e exemplificadas no capítulo.

O capítulo vinte e oito, “Conversation analysis in medicine”, de Virginia Teas Gill e Felicia Roberts, faz uma importante contribuição ao volume, iluminando questões relevantes para se entender melhor a relação médico-paciente. Considerando a atual discussão no Brasil sobre a importação de profissionais da área de saúde, o capítulo pode fornecer conceitos fundamentais com o objetivo de viabilizar estudos desta importante área de serviço, para a qual as atividades executadas através da fala podem ter um papel central. A autora inicia com um breve histórico do estudo da AC médica, mostrando que esta área surgiu com o objetivo de “educar os médicos para prover cuidado mais humano aos pacientes” (p.576). Uma vez que o objetivo da AC é estudar o que se está realizando e como, não cabe nesta perspectiva atribuir motivos para as ações dos participantes. Os estudos da interação médico-paciente têm suprido uma gama de características desta situação, incluindo a organização de diferentes fases do encontro, as sequências de ações que compreendem uma consulta, as orientações dos participantes *vis-à-vis* um ao outro, e as dificuldades interacionais que podem surgir (p.578). As tendências de estudo de interações médicas compreendem três áreas: 1) a interação entre médico-paciente em visitas clínicas; 2) a interação entre pacientes; e 3) a interação entre profissionais da área de medicina (p.578). O capítulo também se destaca por apontar as direções que o estudo da AC na área médica pode tomar e indicando particularidades relativas ao diagnóstico e à comunicação de problemas de saúde, que podem ser relevantes no entendimento de como se melhorar a execução de atividades de cuidado com a saúde.

O capítulo vinte e nove, “Conversation analysis in the classroom”, de Rod Gardner, mostra como o estudo da AC é aplicável às interações na sala de aula. Os exemplos incluídos no capítulo partem de aulas de línguas estrangeiras, apontando os desafios para este tipo de interação, tais como o acesso restrito a recursos linguísticos, e às modificações nos papéis tradicionais de professor e aluno (p.594). As particularidades da distribuição de turnos e da produção de reparos são discutidas em uma longa descrição das ações que ocorrem em uma sala de aula. Por vezes, a descrição detalhada assemelha-se a uma narrativa para os que não têm qualquer noção do que acontece em uma sala de aula.

O capítulo trinta, “Conversation analysis in the courtroom”, de Martha Komter, inicia com uma definição de contexto para a AC, como sendo “criado em e por meio da fala” (p.612). Esta definição contrasta

com a visão de que o contexto é pré-existente à interação. Citando Drew e Heritage (1992a), a autora comenta que a interação institucional exhibe três orientações para os participantes: 1) para os próprios participantes, 2) para as limitações no tipo de contribuição que pode ser feita, e 3) para as inferências que podem estar anexadas a certas ações em contextos institucionais (p.613). A sequência do capítulo ilustra o raciocínio de senso-comum empregado em um julgamento, incluindo o método documentário de interpretação, a organização sequencial de descrições (que visam a estabelecer evidências) e a organização turno a turno em um julgamento (com os turnos pré-alocados e uma certa rigidez na sua disposição). Para a autora, o aspecto mais “elusivo do contexto de um tribunal é o ideológico” (p.628), pois, como ela comenta, a fala em um julgamento visa a estabelecer uma versão de eventos para uma audiência, embora não se possa estabelecer durante o transcurso da interação se houve sucesso ou não na execução desta ação.

O capítulo trinta e um, “Conversation analysis in the News Interview”, de Steven Clayman, detalha as características de entrevistas, com um sistema de alocação de turnos que difere do de uma conversa cotidiana. O autor prossegue explicitando as práticas comuns às entrevistas e inclui excertos de meios de comunicação nos Estados Unidos e na Inglaterra. Há vários pontos de interesse no capítulo no que concerne à elaboração de perguntas, às agendas que os entrevistadores são obrigados a endereçar, às pressuposições e à noção de preferência (p.641-3). Além disso, Clayman faz importantes observações sobre o papel do jornalista e o uso de certas práticas com o passar do tempo. Por exemplo, sobre as entrevistas com presidentes nos Estados Unidos, o autor aponta que, entre 1953 e 2000, o uso de formatos mais agressivos de perguntas passou a vigorar, ao lado de tratamentos menos reverenciais para presidentes (p.654-5). O que chama atenção no capítulo é que, após ler-se em tantas páginas um esforço de separar nitidamente as áreas da AC, mostrando sua preocupação exclusiva com as ações desenvolvidas na interação, sem atenção aos elementos exógenos, é de causar certa admiração que a abordagem empregada assemelhe-se mais à da análise crítica do discurso.

A quinta e última parte do volume, “CA Across the Disciplines”, considera a relação entre os estudos da AC e diferentes disciplinas, observando-se as “fertilizações cruzadas”, ou as influências entre uma e outra(s). O capítulo trinta e dois, “Conversation analysis and sociology”, de John Heritage e Tanya Stivers, faz uma recapitulação da gênese da AC e reconstitui a história

da disciplina desde sua formação por Sacks e Schegloff. De acordo com os autores, o reconhecimento dos sociólogos do papel da linguagem na vida social pode ser resumido no que Durkheim chama de “fato social” (p.659). Ao recapitular a história da AC, os autores citam Garfinkel e seu empenho em documentar que os atores sociais responsabilizam-se mutuamente pela execução de atividades que permitem a criação de sentido (p.661). Uma segunda influência importante vinda da sociologia para a formação da AC vem do trabalho de Goffman (1952), particularmente das suas contribuições com o conceito de ordem interacional e com o desenvolvimento da noção de como os participantes fazem sentido das ações em uma interação. Com Sacks, veio o entendimento de que há “ordem em todos os pontos” de uma interação (p.663). Os autores citam quatro pilares da AC, que são: 1) todos os comportamentos são passíveis de serem analisados, pois são ordeiros e significativos comunicativamente; 2) as ações sociais são produzidas em função do contexto interacional local; 3) as ações interacionais podem ser entendidas em sua relação estrutural, o que implica em que as construções são relacionadas às anteriores; e 4) a intersubjetividade – o entendimento das ações travadas em uma interação é particular e relativo aos participantes em uma dada situação (p.664).

O capítulo trinta e três, “Conversation analysis and communication”, de Wayne Beach, detalha as contribuições da disciplina para os estudos na área de comunicação. De acordo com Beach, as maiores contribuições da AC para os estudos de comunicação vêm do emprego da metodologia, que oferece uma alternativa empírica para se observarem os eventos interacionais (p.674). Como Beach indica, um dos objetivos da pesquisa em comunicação sempre foi integrar “pesquisa e prática em áreas relacionadas, tais como comunicação na saúde, cultura organizacional e mídia de massa” (p.678). Com a AC, vieram as contribuições para se gravarem as interações e basear a análise nas transcrições dos eventos. O capítulo ainda ilustra a intersecção entre as disciplinas, com exemplos em estudos de debates (notadamente o famoso debate entre o então candidato à presidência dos Estados Unidos, George Bush, e o repórter Dan Rather), nos diversos focos, incluindo as variações contextuais, etnográficas e de desempenho (p.682), as interações médicas e a medida que a comunicação verbal e não-verbal é integrada nestas situações. É interessante observar que o autor falha em mencionar a necessidade de estudar-se também a comunicação mediada por aparelhos eletrônicos. Nada é dito sobre o florescente e rico contexto de comunicação através das mídias sociais, tais como Facebook ou Twitter que,

em vários aspectos, parecem tentar reproduzir traços da conversa cotidiana.

O capítulo trinta e quatro, “Conversation analysis and anthropology”, de Ignasi Clemente, apresenta os pontos de interesse comum entre AC e antropologia. Clemente inicia com uma breve descrição das áreas de estudo da antropologia, a saber, antropologia sociocultural, antropologia física, arqueologia e antropologia linguística (p.689). Um ponto de debate entre estudiosos da AC e da antropologia linguística é a questão da natureza autônoma da conversa (p.689). Para o analista da conversa, o estudo precisa ser conduzido tendo como foco único o produto da interação, sem quaisquer referências a outros elementos do contexto social. Para os antropólogos, porém, a produção de significados ocorre na fala e em outros sistemas sociais. A influência da antropologia na AC remete ao início da disciplina, como pode ser visto no trabalho de Sacks. De fato, Sacks era ávido leitor dos escritos de antropólogos, tais como Albert (1964), mas passou a discordar das regras estabelecidas por este autor principalmente no que concerne à organização da fala (p.693). A influência da AC na antropologia vem principalmente no “empréstimo” de ferramentas metodológicas e de pesquisa, por exemplo, os conceitos de unidade de construção do turno, par adjacente, preferência e ajuste ao interlocutor (p.696). Além disso, a insistência no uso de gravações de áudio e vídeo e em transcrições detalhadas para o estudo da interação é um dos resultados da contribuição da AC para a antropologia.

O capítulo trinta e cinco, “Conversation analysis and psychology”, de Jonathan Potter e Derek Edwards, explica os modos pelos quais a AC pode ser importante para a psicologia e “vice-versa” (p.701). Os autores listam as seguintes como influências da AC sobre os estudos em psicologia: 1) embora a psicologia conceba a fala como gramática, com a AC vem a necessidade de se observar a fala-em-interação; 2) embora a psicologia possa empregar diálogos como veículo para se analisar os estados mentais, da AC surge a necessidade de se proceder na descrição de atividades sendo desenvolvidas quando as pessoas interagem; 3) a psicologia pode se basear na AC como fonte “inspiradora” de hipóteses; 4) a psicologia pode apanhar na AC os dados e métodos para se analisar os fenômenos de sua área; 5) a AC pode ser considerada psicologia, ao suprir uma base para se analisarem práticas situadas na interação; e 6) o ponto que talvez seja o mais controverso nas declarações dos autores: a AC pode ser informada pela psicologia. Este último ponto parece contradizer uma das premissas centrais da AC, de que a disciplina se ocupa do que é realizado no momento da fala, sem preocupações com o que os falantes *pensam*. Potter e Edwards, porém, argumentam

que, para a AC, interessa o que os participantes de uma interação “*tratam* como significativo” (p.703) e isso é, para eles, pertencente ao domínio da psicologia.

O capítulo trinta e seis, e último do volume, de Barbara Fox, Sandra Thompson, Cecilia Ford e Elizabeth Couper-Kuhlen intitula-se “Conversation analysis and linguistics”. Este capítulo inicia com um breve histórico da relação entre a AC e a linguística, mostrando que esta pode ter iniciado em 1970, quando Sacks (cujo foco era na organização das ações sociais) passou a dar mais importância aos detalhes da linguagem. Pelo menos dois artigos foram fundamentais no assentamento dessa relação: 1) “A simplest systematics” de Sacks, Schegloff e Jefferson, em 1974 e 2) “The preference for self-correction” também de Schegloff, Sacks e Jefferson, em 1977, ambos publicados na revista *Language*, considerada a mais prestigiosa na disciplina de Linguística. Segundo as autoras, estes artigos lançaram um convite aos linguistas para dar início a um esforço interdisciplinar com o objetivo de se compreender a feição gramatical das tomadas de turno (p.727). A proposta parece ter sido bem aceita, pois a partir da década de 1990, surge uma nova etiqueta para uma nova subárea da linguística, a sociolinguística interacional (SI daqui em diante). Nota-se aqui mais uma ausência significativa que é o nome de Deborah Tannen, uma das estudiosas mais conhecidas na área de SI.

Para a SI, importam agora os elementos do contexto, e grande parte do foco é também na interação, ou na “ordem interacional” de Goffman. Entretanto, a SI e a AC se diferenciam pela preocupação da primeira com a terminologia, as formas e a pesquisa linguísticas, ao passo que, na segunda, o foco é nas atividades sociais sendo desenvolvidas por meio da interação. As contribuições da AC para a linguística são, então, uma nova perspectiva, sobretudo na elaboração de uma metodologia e modo de coleta de dados. Por outro lado, as contribuições da SI para a AC são no entendimento da fala-em-interação, pois, de fato, a interação é “completamente linguística” (p.731). Ademais, conforme as autoras indicam, se os primeiros trabalhos da área da AC foram em inglês e baseados em interações mantidas nessa língua, hoje há um arcabouço teórico rico e variado, exemplificando o funcionamento de um número de grupos linguísticos (p.732). A linguística também tem contribuído à AC por possibilitar uma detalhada descrição fonética da interação. Em termos da chamada “fertilização cruzada” entre AC e SI, as autoras citam estudos que se orientam tanto para a resolução de questões no âmbito da fala, como da interação, um bom exemplo sendo o

estudo do emprego do discurso reportado (p.736).

Para a SI, o desafio é reconhecer a resposta para três perguntas: 1) Que categorias linguísticas são apropriadas para a análise? 2) Que papel as categorias linguísticas representam para a análise? 3) O analista deve buscar evidência para a orientação do participante para uma determinada forma ou categoria linguística? (p.736). Embora não haja respostas únicas para estas perguntas, cabe reconhecer que as contribuições de uma disciplina a outra são muitas e que há bastante a ser feito com o sentido de compreender melhor a linguagem na interação ou a interação através da linguagem, empregando-se as contribuições destas disciplinas.

O volume apresenta material indispensável na apresentação da AC e deverá figurar como uma importante contribuição à área. A constante recapitulação da história da disciplina, com a incorporação dos seus fundamentos teóricos auxilia no entendimento de como se proceder à análise na AC. As contribuições de Sacks, Schegloff e Jefferson são constantemente discutidas e uma série de exemplos são fornecidos, o que permite ver a AC em ação. Situar a AC no âmbito da sociologia, destacando suas origens e fundamentos teóricos principais também esclarece os seus propósitos. A gama de áreas de interesse, de disciplinas, de populações que são abordadas no volume fornece um rico material a ser explorado, tanto em cursos de linguística, antropologia linguística e sociologia (para citar apenas algumas disciplinas), como em pesquisas relacionadas.

Um dos aspectos que deixa a desejar no volume é a repetição frequente da história da AC em diferentes capítulos. Lê-se sobre os estudos de Sacks desde o início do volume, na introdução, e em vários outros capítulos. Além disso, com tantos nomes de conhecidos e prestigiados estudiosos da AC, é notável que Schegloff (mencionado em oitenta e três referências ao longo de três páginas e meia) não apareça como autor no volume. São reconhecidas ausências também os nomes de Charles e Marjorie Goodwin, que também fizeram fundamentais contribuições aos estudos na área de AC. Os organizadores do volume também poderiam ter contado com contribuições de autores fora do eixo América do Norte-Europa, pois há, em várias outras partes do mundo, inclusive no Brasil, estudiosos cujo trabalho representa bem a disciplina e que poderiam figurar como participantes de um volume

Data de submissão: 02/07/2013. Data de aprovação: 28/02/2014.

tão sério, que visa a condensar tanto do que se sabe e é feito na área (veja-se, a exemplo, Marcuschi, 1986; Garcez, 2008). Apesar disso, não há dúvidas de que o volume foi publicado em um momento oportuno dos estudos da AC e de que constitui material de consulta indispensável para estudantes de uma variedade de disciplinas que se ocupam da interação (e da conversa cotidiana) como foco de pesquisa.

Referências

GARCEZ, P. M. A perspectiva da análise da conversa etnometodológica sobre o uso da linguagem em interação social. In: LODER, L. e JUNG, M. N. (Org.). *Fala-em-interação social: introdução à análise da conversa etnometodológica* Campinas: Mercado de Letras, 2008.

GOFFMAN, E. The Interaction Order: American Sociological Association, 1982 Presidential Address, *American Sociological Review*, v. 48, n. 1, p. 1-17, 1983.

LABOV, W. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

MARCUSCHI, L. A. *Análise da conversação*. São Paulo: Ática, 1986.

TANNEN, D. Interactional Sociolinguistics. In: AMMON, U.; DITTMAT, N.; MATTHEIER, K.; TRUDGILL, P. (Ed.). *Sociolinguistics: An International Handbook of the Science of Language and Society*. Berlin: Walter de Gruyter, 2004.

Data de submissão: 02/07/2013. Data de aprovação: 28/02/2014.